



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ – IPMQ**

**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2024**

Licitação exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006

1 – PREÂMBULO

Torna-se público para conhecimento dos interessados que **O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ**, com sede na Rua Barão de Vila Franca, 413 – Centro- Quissamã – RJ, realizará por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, através da rede mundial de computadores – INTERNET, no endereço eletrônico abaixo descrito, **LICITAÇÃO com participação Exclusiva de Empresas Beneficiárias da LC 123/2006**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, no modo de disputa ABERTO, com o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei Federal 14.133/2021 - Normas Gerais de Licitação e Contratação Pública, com aplicação subsidiária, no que couber, dos Decretos Municipais nº 3841/2024; 3842/2024; 3845/2024; 3846/2024 e suas alterações, da Lei Complementar Federal nº 123/06 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e suas alterações, e demais normas que compõem a legislação aplicável à licitações e contratações públicas.

Processo Administrativo nº 219/2024.

Data da sessão: 20/12/2024

Horário: 09:00 horas (Horário de Brasília)

Local: Portal de Compras Públicas

Endereço Eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

1.1 - ANEXOS DO EDITAL

Integram este edital, para todos os efeitos, os seguintes Anexos:

- I – Termo de Referência;
- I/I – Estudo Técnico Preliminar;
- II/I – Planilha com a composição dos custos;
- II – Descrição dos serviços (Requisição);
- III – Modelo de Proposta de Preços;
- IV – Minuta de Contrato.

2 - DO OBJETO



2.1. O objeto da presente licitação é para **contratação exclusiva de empresas beneficiárias da LC 123/2006** para a contratação de empresa especializada “Cessão do Direito de Uso de Software” de gestão pública compreendendo Sistema Previdenciário, Site, Serviços de E-mails, Protocolo da LGPD, bem como Implantação/treinamento/conversão de dados e manutenção preventiva e corretiva para atender os diversos setores do IPMQ com as especificações técnicas e característica mínimas, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital.

2.2. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Portal de Compras Públicas, prevalecerá a descrita neste edital.

3. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO.

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da autorização de início, a ser emitido pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ, após a formalização do contrato e da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme Art. 94 da Lei 14.133/2021.

3.2. O prazo determinado para início dos serviços no Termo de Autorização poderá ser prorrogado, desde que formalizado pleito com as razões e justificativas a serem submetidas à análise e aceitação da Administração.

3.3. Eventual pedido de prorrogação nos termos do item anterior, deverá ser encaminhada ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ, localizada à Rua Barão de Vila Franca, 413 – Centro - Quissamã/RJ, Telefone: (22) 2768-1418, e-mail: administrativo@previdenciaquissama.rj.gov.br

3.4. O contrato decorrente da licitação poderá ser prorrogado, em periodicidade sucessiva em relação ao seu prazo inicial, respeitado o prazo decenal máximo previsto no artigo 107 da Lei Federal 14.133/21, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a sua extinção sem ônus para qualquer das partes.

3.5. Além da possibilidade de extinção contratual pela ausência de vantajosidade compreendida no item anterior, o contrato poderá ser extinto ainda no caso da inexistência de créditos orçamentários para a sua continuidade, na forma prevista no inciso III e § 1º do artigo 106 da Lei Federal 14.133/21.

3.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação, em conformidade com o disposto no Anexo VII-F da Instrução Normativa n.º 05/2017.

3.7. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.



4. PREÇO ESTIMADO

4.1 - O preço estimado da presente licitação é de **R\$ 38.404,00 (trinta e oito mil, quatrocentos e quatro reais)**, conforme descrição dos serviços – ANEXO II deste Edital.

4.2 – O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ foi responsável para composição do valor estimado de acordo com pesquisa de mercado referente mês 09/2024.

5 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESPESA	FICHA	FONTE
09.122.0127.2338	3.3.90.40	4008	1800

6. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Somente poderão participar desta licitação as empresas qualificadas como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame, e ainda preencham os seguintes requisitos:

6.2. Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

6.3. Estejam regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

6.4. Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do sistema do Portal de Compras Públicas para sua correta utilização;

6.5. Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

6.6. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que desejarem participar do procedimento licitatório deverão observar as condições previstas nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21. 7.6.1. A participação e a concessão dos benefícios legais serão limitados às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública e iniciativa privada cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21 e formato similar da Instrução Normativa SEGES ME 05/2017.

7 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:



7.1. A licitação instaurada possui formato com admissão **exclusiva de empresas beneficiárias da LC 123/2006**, destinada às empresas interessadas que atenderem às seguintes condições:

7.1.1. Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

7.1.2. Estejam regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sítio : <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

7.1.3. Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do sistema **Portal de Compras Públicas** para sua correta utilização;

7.1.4. Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

7.2. Poderão participar, as empresas que cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame e que atendam, ainda, aos requisitos especificados nos subitens 7.1.1 a 7.1.4.

7.3. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que desejarem participar do procedimento licitatório deverão observar as condições previstas nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21.

7.3.1. A participação e a concessão dos benefícios legais serão limitados às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública e iniciativa privada cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21.

7.4. Diante da hipótese suscitada no subitem 7.3.1, caso a licitante ME e EPP optante do Simples Nacional venha ser adjudicada e adquira o status de desenquadramento, deverá providenciar comunicação junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação (celebração do Contrato ou instrumento equivalente), apresentando à Prefeitura Municipal de Quissamã, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do termo contratual, comprovação da efetivação das providências para a exclusão obrigatória prevista nos artigos 30 e 31, incisos II, da Lei Complementar n.º 123/2006.

7.5. Caso a licitante optante pelo SIMPLES NACIONAL não efetue, nesse caso, a comunicação no prazo assinalado acima, a própria Prefeitura Municipal de Quissamã, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria



da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

8 – PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

8.1. Será admitida a participação de cooperativa de trabalho na licitação, quando esta caracterizada, evidenciar as seguintes condições:

8.1.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

8.1.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

8.1.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

8.1.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

8.2. Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

8.2.1. Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou

8.2.2. Cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

8.3. Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no inciso XI do item 18.10.

8.4. A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

8.5. Os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte serão estendidos às cooperativas, quando elas atenderem ao disposto no art. 3º, § 4º, inc. VI, e art. 34 da Lei federal nº 11.488/2007.

9 – PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS



Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

9.1. As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante o IPMQ, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária.

9.2. Apresentarão, de forma conjunta, mas individualizada, documentação de habilitação prevista no item 19.9;

9.3. As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

9.4. As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

9.5. O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

10 – DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

10.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, a pessoa física ou jurídica que estejam enquadradas nas seguintes condições:

10.1.1 - Que não estejam enquadradas legalmente na condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, ou que incidam em alguma das hipóteses previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006

10.1.2. Suspensas temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Estadual Direta e Indireta, ainda na vigência da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/2002;

10.1.3. Impedidas de licitar e contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, da Prefeitura Municipal de Quissamã, nos termos do inciso III, e parágrafo quarto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.4. Declaradas inidôneas para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todas os entes federativos, na forma do inciso IV, e parágrafo quinto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.5. Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;



10.1.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.7. Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

10.1.8. O agente público da PMQ, estendendo-se a vedação a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

10.1.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

10.1.10. Agente público da PMQ, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.11. Que tiverem decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.

10.1.11.1. Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

10.1.12. Proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);

10.1.13. Empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do inciso III, do artigo 12, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);

10.1.14. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

10.1.15. Os impedimentos previstos nos itens 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 serão aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

10.1.16. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.



10.2. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

11 – DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E OUTROS DOCUMENTOS

11.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> suas respectivas propostas com a descrição do objeto e os preços ofertados, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

11.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada, na forma do § 1º do artigo 20 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

11.3. Além de outras informações demandadas pelo sistema eletrônico, deverão consignar que compreendem a descrição do(s) serviço(s) ofertado(s) e/ou material(s), o(s) preço(s) unitário(s) e total(ais) do(s) item(ns) para o(s) qual(ais) pretende oferecer proposta, de acordo com o – ANEXO I deste edital; que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos; o prazo de prestação dos serviços ou fornecimento do material, contado do recebimento da solicitação; o prazo de validade da proposta comercial.

11.4. Os licitantes não poderão oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital de licitação, na forma do inciso IV do artigo 82 da Lei Federal 14.133/2021.

11.5. Configurada a situação prevista no item 7.4, com o iminente desenquadramento durante a possível contratação, as licitantes então caracterizadas como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) não poderão utilizar dos benefícios tributários na proposta e planilha de preços a serem apresentadas no certame.

11.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

11.6.1. Está ciente do inteiro do edital e seus anexos, e que concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

11.6.2. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1998, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de sua entrega em definitivo;

11.6.3. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência;



11.6.4. Inexiste impedimento à habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao Órgão Competente da Prefeitura Municipal de Quissamã;

11.6.5. Possui ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

11.6.6. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

11.6.7. Não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.6.8. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

11.6.9. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

11.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.8. No caso de licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/ 2021.

11.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 11.6.1 a 11.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

11.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta(s) ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inserida(s) no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

11.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



11.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

11.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

11.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

11.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

11.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

11.14.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

11.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 11.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

11.15.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.15.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

12 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

12.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, contendo o valor unitário e total do serviço ou material; descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

12.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

12.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto.



12.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.5. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da finalização da etapa de lances, importará na desclassificação da proposta.

12.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

12.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o , assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

12.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos na estimativa elaborada para esta licitação;

12.9.1. O formulário da proposta comercial, em sua forma prevista no Anexo III do edital de licitação, somente será utilizado pelo licitante vencedor, com vistas à readequação de sua oferta final.

12.10. O prazo de validade da proposta comercial será de 90 (noventa) dias contados da data limite para apresentação das propostas.

12.11. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso, persista o interesse do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Municipal de Quissamã, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

13 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá automaticamente pelo sistema na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> .

13.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat), vedada outra forma de comunicação.

13.3. Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda



de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

13.4. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

13.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.8. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

13.9. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.10. Na hipótese de necessidade da suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de Propostas e documentos de Habilitação de que tratam os artigos 41 e 42 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, o seu reinício somente poderão correr mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13.11 – Os licitantes deverão apresentar especificações técnicas por meio de catálogo eletrônico ou site com todas as especificações pretendidas para devida comprovação. O mesmo deve ser enviado, obrigatoriamente, junto a proposta.

14 – MODO DE DISPUTA E FORMULAÇÃO DOS LANCES

14.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para os itens que pretende participar, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

14.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

14.3. A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

14.3.1. A licitante poderá, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, desde que inferiores ao último lance dado pela própria licitante.



14.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 5,00 (cinco reais).

14.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

14.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

14.7. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecuível.

14.7.1. Considerar-se-á inexecuível na fase de lances os valores aparentemente irrisórios ou com erros de digitação.

14.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

14.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

14.9.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

14.9.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata os itens 14.9 e 14.9.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

14.9.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 14.9 e 14.9.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

14.9.4. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será admitido o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

14.9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto nos itens 14.9 e 14.9.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.



14.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

14.11. Ao final da etapa competitiva, observada a prerrogativa das microempresas e empresas de pequeno porte previstas nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.538, de 2015, serão aplicados, caso necessário, os critérios de desempate previstos no Artigo 60 da lei Federal nº 14.133/21.

14.11.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/21.

14.12. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15. DA NEGOCIAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS

15.1. Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício do desempate às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas eventualmente participantes, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/06, o pregoeiro deverá propor negociação direta com o licitante melhor classificado, objetivando obter condições mais vantajosas para a Administração, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

15.2. A negociação será realizada e registrada por meio do sistema **Portal de Compras Públicas**, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes, devendo o seu resultado ser formalmente anexado aos autos do processo de licitação.

15.3. Deverá ser observado, ainda, se o licitante atende às condições de participação no certame, relativamente às exigências previstas no item 10 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

15.3.1. SICAF;

15.3.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral de União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

15.3.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

15.4. As consultas realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio



majoritário.

15.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

15.5.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

15.5.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

15.5.3. Constatada a existência de sanção, a licitante será considerada desclassificada, por falta de condição de participação.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

16. DA CONFORMIDADE E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA

16.1. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

16.2. Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I e da REQUISICÃO – ANEXO II deste edital.

16.3. O critério de julgamento das propostas será o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

16.4. Será rejeitada a proposta que apresentar as seguintes inadequações:

16.4.1. Contiver vícios insanáveis;

16.4.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e anexos;

16.4.3. Apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

16.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

16.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

16.5. O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta comercial, com os respectivos valores readequados ao valor total vencedor e observando o limite máximo dos preços unitários estipulados na PLANILHA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS – ANEXO II/I deste edital, no prazo a ser indicado, justificadamente, pelo pregoeiro, nunca inferior a 02 (duas) horas



e contado da solicitação efetuada no sistema, devidamente assinada pelo seu responsável ou representante legal.

16.6. O prazo de encaminhamento da proposta readequada, ou de documentos complementares reputados de envio necessário, poderá ser prorrogado de ofício pelo Pregoeiro ou por solicitação do licitante, por igual período inicial, mediante justificativa aceita, na forma do parágrafo 3º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES N.º 73/2022.

16.7. O Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e a compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, inclusive os seus valores unitários, desclassificando ao final, as que estiverem em desacordo com os requisitos estabelecidos neste edital.

16.8. Na verificação do preço final, deverá realizar a aferição da sua exequibilidade, considerando indícios de inaptidão as propostas inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado para a licitação, na forma do artigo 34 da Instrução Normativa SEGES N.º 73/2022.

16.9. Na hipótese de que trata o item anterior, a inexecutabilidade somente será considerada após diligência efetuada pelo Pregoeiro que resulte comprovação de que:

- I - o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II - inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16.10. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784/99.

16.11. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ para orientar sua decisão.

16.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

16.13. A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, sendo acompanhada, em tempo real, por todos os participantes.

17. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

17.1. O Pregoeiro observará o cumprimento das exigências de habilitação previstas nos itens 18 a 21, além da entrega e o cumprimento das obrigações a que se referem as declarações previstas no item 11.6.1 a 11.8 deste edital de licitação.

17.2. No exame da documentação de habilitação será utilizado os dados constantes no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, sendo que os documentos exigidos que não estejam neste contemplado deverão ser enviados por meio do sistema **Portal de Compras Públicas**,



quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

17.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante melhor classificado.

17.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

17.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

17.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

17.7. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

17.8. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares ao SICAF, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, a ser definido, justificadamente, pelo Pregoeiro, contado da convocação efetuada no sistema, podendo ser prorrogado por igual período, nas situações elencadas no § 3º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES 73/2022.

I – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

17.9. A verificação do Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

17.10. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme previsto no § 1º do artigo 64 da Lei Federal 14.133/2021.

17.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

17.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a



apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES 73/2022 (envio no prazo mínimo de 2 horas).

17.13. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

17.14. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes para atendimento de exigências de habilitação, inicialmente apresentados em tradução livre.

17.14.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a contratação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

18. HABILITAÇÃO JURÍDICA

Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

18.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

18.2. Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

18.3. Sociedade Simples: Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;

18.4. Microempreendedor Individual-MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

18.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.5.1. No caso de sociedades por ações, será necessária a apresentação conjunta de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;



18.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

18.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

18.8. Os documentos apresentados deverão indicar os responsáveis pela Administração e estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

18.9. O consórcio de empresas, que vier a participar do procedimento licitatório deverá apresentar a seguinte documentação:

18.9.1. A comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

18.9.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante a Prefeitura Municipal de Quissamã;

18.9.3. A documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

18.9.4. A declaração de responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados em do consórcio, tanto nas etapas da licitação e quanto durante a vigência do contrato;

18.9.5. A declaração de compromisso de constituição e do registro do consórcio antes da celebração do contrato.

18.9.5.1. Empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

18.10. A cooperativa de trabalho, que deverá ser regida pela Lei nº 12.690/12, deverá atender, conforme o caso, todas às exigências de habilitação previstas neste ato convocatório, no que couber, assim como encaminhar, na forma do item 18.2 deste edital, os seguintes documentos para comprovação da sua habilitação jurídica/fiscal:

I – Ata de fundação, com o uso obrigatório da expressão “Cooperativa de Trabalho” na denominação social da cooperativa;

II – Estatuto (com ata da assembleia de aprovação);

III – Regimento interno (com ata da aprovação);



- IV – Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados (com ata de aprovação);
- V - Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, conforme previsto no artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/71;
- VI – Edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;
- VII - Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- VIII – Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;
- IX – Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;
- X – Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- XI - Ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe;
- XII - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- XIII - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- XIV - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- XV - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

19. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

19.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF;

19.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual e/ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

19.3 - Prova de regularidade de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); As empresas com sede no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar a Certidão Negativa de ICMS acompanhadas da Certidão da Procuradoria-Geral do Estado.

19.4. Prova de regularidade para com a Seguridade Social e a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com Efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, que abrange, inclusive, as



contribuições sociais previstas nas alíneas “a” e “d”, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212/91, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União;

19.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante

19.6. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

19.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

19.8. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.9. Declaração firmada pela licitante, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal/1988 e de acordo com o inciso VI do artigo 68 da Lei Federal 14.133/2021, acrescido pela Lei Federal 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02.

19.10. As exigências relativas ao fornecimento das declarações previstas nos subitens 19.8 e 19.9 serão consideradas atendidas por meio de verificação do seu envio no **sistema Portal de Compras Públicas**

19.12. DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DA ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS:

19.12.1. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

19.12.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Quissamã, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

19.12.3. A falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, consoante os termos do §5º do artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições



propostas pelo licitante vencedor, observando, se for o caso, as demais hipóteses previstas no parágrafo quarto.

19.12.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

20. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1. Comprovação de capacidade técnica, por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no – Anexo I deste edital, com clara menção da execução bem-sucedida, relativamente ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo.

20.1.1. Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

20.2. Será admitida a soma de atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

20.3. No caso de consórcio, a comprovação da qualificação técnica será realizada pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada.

20.4. Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 169, § 3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337–F do Código Penal.

20.5. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

21. RECURSOS

21.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

21.3. No que concerne as decisões proferidas nesta licitação, qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos a ser concedido pelo Pregoeiro, após o respectivo término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua



intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor no caso de inexistência de manifestação.

21.4. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação via sistema.

21.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado a partir do dia útil seguinte ao final do prazo de apresentação das razões recursais.

21.6. Os recursos e as contrarrazões serão dirigidas ao Pregoeiro que proferiu a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, o encaminhará, relatando suas razões de forma fundamentada e motivada, à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.7. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o titular da Secretaria de origem do processo adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.

21.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

21.10. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. O licitante/adjudicatário participante do procedimento licitatório estará sujeito, durante o seu transcorrer, à aplicação das seguintes sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

22.1.1. Advertência

22.1.2. Multa

22.1.3. Impedimento de Licitar e Contratar, e

22.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar.

22.2. Estarão passíveis das sanções previstas no item anterior, os licitantes que, com dolo ou culpa, se enquadrarem nas seguintes situações:



22.2.1. Declarado inidôneo ou impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, que se apresente para participar de procedimento licitatório, conforme o Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021;

22.2.2. Venha frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório, conforme artigo 337-F do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021);

22.2.3. Afaste ou tente afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo, conforme artigo 337-K do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021);

22.2.4. Devasse o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo, conforme artigo 337-J do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021)

22.2.5. Patrocine, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário, conforme artigo 337-G do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021);

22.2.6. Deixe de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro;

22.2.7. Não mantenha a proposta, dentro prazo de sua validade, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

22.2.7.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

22.2.7.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

22.2.7.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

22.2.7.4. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

22.2.8. Não celebre o contrato/ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

22.2.8.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

22.2.9. Apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;



22.2.10. Fraude a licitação;

22.2.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

22.2.11.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

22.2.11.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

22.2.11.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

22.2.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

22.2.13. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/13, em especial:

22.2.13.1. Venha impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público, conforme a letra b do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

22.2.13.2. Crie, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública, conforme a letra e do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

22.2.13.3. Obtenha vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais conforme a letra f do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

22.3. Na aplicação das sanções, conjugadas as diretrizes do §1º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, e do artigo 7º da Lei Federal 12.846/13, será observado o princípio da proporcionalidade, considerando-se especialmente (1) a natureza e a gravidade da infração cometida, (2) as peculiaridades do caso concreto, (3) as circunstâncias agravantes ou atenuantes, (4) os danos para a Administração, (5) a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator, (6) a consumação ou não da infração, (7) o grau de lesão ou perigo de lesão, (8) o efeito negativo produzido pela infração, (9) a situação econômica do infrator, (10) a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações, (11) a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.

22.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 23.2.1, 23.2.6 a 23.2.8, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.5. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 22.2.2 a 22.2.5, 22.2.9 a 22.2.11, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 22.2.1, 22.2.6 a 22.2.8, que



justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

22.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

22.6.1. Para as infrações previstas nos itens 22.2.1, 22.2.6 a 22.2.8, a multa será de 0,5% a 15% sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

22.6.2. Para as infrações previstas nos itens 22.2.2 a 22.2.5, 22.2.9 a 22.2.13, a multa será de 15% a 30% sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

22.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar, e com a Declaração de Inidoneidade de Licitar ou Contratar.

22.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

22.8.1. Decorridos 20 (vinte) dias da convocação para assinatura do Contrato (ou retirada/aceite de empenho ou instrumento equivalente), sem a manifestação do adjudicatário, ficará configurada a referida recusa, sujeitando-o a multa moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado, com base no valor adjudicado, na forma prevista no, além da aplicação do Impedimento de Licitar e Contratar pelo período de até 3 (três) anos.

22.09. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

22.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.11. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



22.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

22.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a Prefeitura Municipal de Quissamã.

22.16. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme previsto no artigo 161 na Lei Federal nº 14.133/2021.

22.17. As sanções administrativas aplicáveis por atos praticados no decorrer da execução contratual estão previstas no Termo de Referência e/ou na Minuta do Contrato, que constituem anexos deste Edital de Licitação.

23. DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

23.1. Após a homologação, a Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. O licitante vencedor terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato, a contar de sua convocação.

23.2. O prazo estabelecido no documento da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte durante o seu transcurso e se acolhidas pela Administração as justificativas apresentadas.

23.3. Quando do comparecimento do fornecedor registrado para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.



23.4. O fornecedor registrado ficará obrigado a, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, entregar o contrato devidamente assinado pelo representante legal, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

23.5. Como condição para celebração do contrato, ou retirada da nota de empenho, o fornecedor registrado deverá manter as condições de habilitação consignadas neste edital, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo.

23.6. O presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato.

23.7. Caso o fornecedor registrado não compareça para a retirada da nota de empenho ou assinatura do instrumento contratual, estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a desistente às sanções legais cabíveis, especialmente as previstas neste edital de licitação, minuta de contrato e demais anexos.

23.8. Ocorrendo a hipótese do subitem anterior e não havendo Cadastro de Reserva, o pregoeiro realizará a reabertura do pregão, examinando as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda e proporcione a viabilização da contratação, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

23.9. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do subitem anterior, a Secretaria de Licitações e Contratos, observado o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

23.10. As sanções administrativas mencionadas no item 25.9 não serão aplicáveis aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do subitem anterior.

23.11. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

24. RECEBIMENTO DO OBJETO

24.1. Executado o objeto, na forma estipulada no Termo de Referência, será recebido provisoriamente no prazo de até 02 (dois) dias úteis, pelo fiscal técnico Rodrigo Siqueira



Rodrigues – Mat. 2222 e será recebido definitivamente, no prazo de até 10 (dez) após executada a conferência e verificação do teor do respectivo documento fiscal com os relatórios emitidos pela contratada, mediante atestação da fatura pelo gestor Angélica Souza Fernandes Rodrigues – Mat 40 que emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

24.2. Se constatar que o objeto foi executado em desacordo com o especificado ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.

24.3. O aceite/aprovação do objeto pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no.

24.4. A entrega deverá ser feita de acordo com item 5 do termo de Referências, de segunda a quinta-feira das 08:00hs às 11:00hs e das 13h30m às 16:00hs, e sexta-feira de 08:00 às 11:00hs, no endereço: Rua Barão de Vila Franca, 413 – Centro – Quissamã – RJ.

25. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

25.1. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Quissamã, por intermédio do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ-IPMQ em moeda corrente nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados do cumprimento do objeto, mediante apresentação pela CONTRATADA dos respectivos documentos fiscais. Os pagamentos seguirão conforme Art. 141 da Lei 14.133/2021.

25.1.1. O pagamento só será liquidado após a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

25.2. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, à exceção do disposto no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tolerar possíveis atrasos de pagamento.

25.3. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, salvo em condições excepcionálissimas devidamente justificadas, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

25.4. A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

26. REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS



26.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis, e inexistirá a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira antes do interregno mínimo de um ano.

26.2. Os preços contratados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços contratados, nas seguintes situações:

26.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da obra ou do contrato tal como pactuados, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

26.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

26.2.3. No caso de prorrogação do prazo de vigência contratual, e desde que observado o interregno mínimo de um ano, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro ocorrido nesse(s) contrato(s), da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE.

26.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/21.

26.4. A Administração deverá efetuar resposta ao pedido de reajuste no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data da sua solicitação.

26.5. O prazo para resposta ao pedido de reajuste de preços somente começará a fluir somente a partir do momento em que o pedido da contratada se encontre correto e completamente instruído.

27. SUSTENTABILIDADE

27.1. A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber, além de observar todas as condições específicas previstas no Termo de Referência.

28. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

28.1. Qualquer pedido de esclarecimento, providências ou impugnações deverá ser enviado ao Pregoeiro através de qualquer dos seguintes meios:

28.1.1. Eletrônico: por meio do formulário eletrônico, disponível no Portal de Compras Públicas, no endereço <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> ou por e-mail no endereço:



licitacaoquissama@gmail.com, até três dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública; ou

28.1.2 – Por escrito, desde que encaminhada com antecedência de até 03 (três) dias úteis da data fixada para a abertura da sessão pública, devendo protocolar a petição no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Quissamã, localizado na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã - RJ, de segunda a quinta-feira, no horário das **8hs às 11hs e 13h30 às 16hs** e sexta-feira de **8hs às 12hs**, exceto feriados.

28.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

28.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

28.4. A decisão acerca da impugnação, que será proferida até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, caberá ao titular da Secretaria de Licitações e Contratos (SELIC).

28.5. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observado o prazo de ancoragem específico, conforme artigo 55 da Lei Federal 14.133/2021.

28.6. As respostas aos pedidos de esclarecimento e de impugnação serão divulgadas, concomitantemente nos endereços eletrônicos www.quissama.rj.gov.br e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, além do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observados os prazos previstos no item 30.2 e 30.4, para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.

28.7. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes

29. CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

29.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



29.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

29.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.7. É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

29.8. A autoridade superior, o IPMQ, poderá revogar esta licitação por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

29.9. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

29.10. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

29.11. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados, conforme previsto no § 3º, do Art. 71, da Lei Federal nº 14.133/2021.

29.12. Na hipótese da ilegalidade ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no Art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

29.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e findando-se estes somente em dias de expediente na Administração, disposto no Art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.



29.14. O edital de licitação, e seus anexos, estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico www.quissama.rj.gov.br e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, locais em que serão disponibilizados ainda o acompanhamento dos resultados das fases desta licitação.

29.15. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas. Por outro lado, havendo divergência entre o Edital e o Termo de Referência, prevalecerá este.

29.16. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.

29.17. Para fins de dirimir controvérsias deste certame elege-se o foro competente da Comarca de Carapebus/Quissamã, excluído qualquer outro.

Quissamã, 04 de dezembro de 2024.

Antônio Carlos dos Espírito Santo
Assessor Técnico de Minutas de Editais



IPMQ
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Quissamã

P.M.Q.
Processo nº _____
Rubrica _____ Fls. _____

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ – IPMQ**

**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2024
ANEXO I**

TERMO DE REFERENCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Descrição do Objeto: Contratação de Empresa Especializada “Cessão do Direito de uso de Software” de gestão pública compreendendo Sistema Previdenciário, Site, Serviços de E-mails, Protocolo e Sistema de Controle da LGPD, bem como Implantação/treinamento/conversão de dados e manutenção preventiva e corretiva para atender os diversos setores do IPMQ com as especificações técnicas e características mínimas, bem como contratação dos serviços constantes do Termo de Referência.

1.2. Da Natureza Do Objeto: Constitui em Consultoria Técnica operacional especializada na utilização softwares (sistemas) acerca dos seguintes aspectos:

a) Previdenciário;

Gestão de Aposentadorias e Pensões: Suporte e manutenção na configuração de regras previdenciárias específicas, acompanhamento de cálculos atuariais, emissão de relatórios gerenciais e possível integração com sistemas financeiros e contábeis através de APIs disponibilizadas pelo sistema de Departamento Pessoal.

Atualizações Legais e Regulatórias: Implementação contínua de atualizações em conformidade com as mudanças legislativas e normativas no âmbito previdenciário.

Suporte Técnico e Treinamento: Disponibilização de suporte técnico especializado, incluindo treinamento inicial e acompanhamento junto aos os usuários do sistema, garantindo a correta utilização das funcionalidades

b) Site Institucional (Serviços de E-mails, Ouvidoria, Notícias, Leis, Decretos, Portal do Cidadão, Etc.);

Ouvidoria e Portal do Cidadão: Configuração, monitoramento e suporte para as ferramentas de comunicação direta com o cidadão, garantindo acessibilidade e usabilidade conforme as diretrizes da Lei de Acesso à Informação.

Gestão de Conteúdo e Publicações: Suporte para a publicação de notícias, leis, decretos e outras normativas, incluindo suporte em configuração de layout de páginas e aprovação de conteúdo. Integração com envios de documentos e anexos na plataforma.

Segurança e Performance: Implementação de mecanismos de segurança cibernética, proteção contra ataques, e otimização de desempenho para garantir a disponibilidade e confiabilidade do site. WAF (Web Application Firewall ou Firewall de Aplicação Web);

c) Controle de Processos (Protocolo);

Gerenciamento de Protocolos e Processos: Suporte na configuração e personalização dos fluxos de trabalho para o gerenciamento de processos administrativos, desde a abertura de protocolos até a finalização dos processos.

Acompanhamento e Relatórios: Disponibilização de relatórios para o acompanhamento em tempo real do andamento dos processos, prazos e pendências. Acompanhamento em tempo real, pelo cidadão, no andamento dos processos abertos.

Emissão de comprovantes de abertura e tramitação de processos.

Suporte e Capacitação: Disponibilização de suporte técnico contínuo e capacitação para os usuários do sistema, garantindo a correta operação e eficiência no gerenciamento dos processos.

d) Controle da LGPD.

Atualizações Regulatórias: Manutenção e atualizações do sistema para acompanhar mudanças na legislação e nas melhores práticas de proteção de dados.

1.3. Das Visitas Técnica Operacionais:

A Consultoria Técnica Operacional Especializada será realizada por meio de atendimentos telefônicos e via chat, disponíveis em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

O serviço será prestado à distância e/ou por meio de visitas técnicas presenciais. As visitas serão realizadas após a solicitação e aprovação dos custos pela Administração.

Na sede da contratada, poderão ocorrer após solicitação e consenso entre as partes, e não deverão ter quaisquer tipos de cobrança.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Descrição da Necessidade:

2.1.1. Definição: Tendo em vista que o término do contrato vigente se aproxima, e o IPMQ precisa utilizar os softwares indicados no item 1.2, sem o qual se torna inviável as atividades diárias desenvolvidas na Autarquia Municipal, torna-se necessária e fundamental a contratação do referido serviço.

a) Conforme se extrai do ETP (Estudo Técnico Preliminar), a melhor solução é a contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviço de softwares a fim de reduzir os custos associados a contratação de uma empresa para o desenvolvimento dos softwares.

b) Portanto, esta ação visa alinhar a infraestrutura tecnológica do IPMQ com as demandas atuais, promovendo eficiência, economia e, consequentemente, melhorias no desempenho das atividades diárias do trabalho.

2.1.2. Justificativa: Em razão da obrigatoriedade de implementação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administrativa Financeira e Controle – SIAFIC de forma definitiva a partir de a partir de 1º de janeiro de 2023, nos termos do Decreto Nº 10.540, de 5 de novembro de 2020 e da Lei Municipal nº 2269, de 14 de dezembro de 2020 onde por imposição legal o IPMQ passou a ser atendido pela empresa Conta Soluções em Gestão. Contudo, a referida empresa não possui os módulos Previdenciários, site institucional (serviços de e-mails, ouvidoria, notícias, leis, decretos, portal do cidadão), Controle de Processos (protocolo), sistema de controle da LGPD e implantação/conversão/treinamento havendo a necessidade de obter tais software considerando o trabalho que é desenvolvido na autarquia municipal.

Assim, a presente contratação visa garantir a manutenção e otimização dos processos internos e externos do Instituto Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã – IPMQ. A implantação do software proposto contribuirá significativamente para a eficiência e eficácia na execução das atividades das áreas afins, assegurando o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos pelo IPMQ.



Registra-se que o contrato que se encontra em vigor está as vias de ser finalizado e sem possibilidade de ser aditivado, razão pela qual a necessidade do presente processo.

Atualmente, o instituto já se beneficiam de ferramentas informatizadas, e é fundamental manter e aprimorar os serviços, especialmente considerando que o contrato atual está em sua fase final.

2.1.3. Justificativa para locação em vez de aquisição do software:

a) O IPMQ decidiu pela deflagração de um novo processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, com disputa de menor valor, em conformidade com a Lei 14.133/2021. Esse processo garantirá não apenas a manutenção dos recursos e logísticas atualmente disponíveis.

b) Além disso, optar pela contratação de empresa para desenvolver o software implicaria em um tempo demasiadamente grande, o custo inicial seria extremamente elevado, o que seria menos adequado à atual realidade econômico-financeira do Instituto.

c) Assim, cessão de uso por prazo determinado, ao contrário, se apresenta como uma solução mais econômica e flexível, permitindo que a administração se mantenha atualizada com as tecnologias mais recentes, sem o risco de obsolescência.

2.2. Especificações Técnica do item:

Nº	ITEM	UN	QTD
01	Contratação de Empresa Especializada "Cessão do Direito de uso de Software" de gestão pública compreendendo Sistema Previdenciário, Site, Serviços de E-mails, Protocolo e Sistema de Controle da LGPD, bem como Implantação/treinamento/conversão de dados e manutenção preventiva e corretiva para atender os diversos setores do IPMQ com as especificações técnicas e características mínimas.	SV	01

TABELA 01 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Nº	ITEM	REQUISITOS MÍNIMOS	CATSER	UN	QTD.
01	Previdenciário	Gestão de Aposentadorias e Pensões: Suporte e manutenção na configuração de regras previdenciárias específicas, acompanhamento de cálculos atuariais, emissão de relatórios gerenciais e possível integração com sistemas financeiros e contábeis através de APIs disponibilizadas pelo sistema de Departamento Pessoal. Atualizações Legais e Regulatórias: Implementação contínua de atualizações em conformidade com as mudanças legislativas e normativas no âmbito previdenciário. Suporte Técnico e Treinamento: Disponibilização de suporte técnico especializado, incluindo treinamento inicial e acompanhamento junto aos os usuários do sistema, garantindo a correta utilização das funcionalidades.	12912	sv.	12 meses
02	Site Institucional (Serviços de E-mails, Ouvidoria, Notícias, Leis, Decretos, Portal do	Ouvidoria e Portal do Cidadão: Configuração, monitoramento e suporte para as ferramentas de comunicação direta com o cidadão, garantindo acessibilidade e usabilidade conforme as diretrizes da Lei de Acesso à Informação. Gestão de Conteúdo e Publicações: Suporte para a publicação de notícias, leis, decretos e outras normativas, incluindo suporte em configuração de layout de páginas e aprovação de conteúdo. Integração com	12912	sv.	12 meses



	Cidadão)	envios de documentos e anexos na plataforma. Segurança e Performance: Implementação de mecanismos de segurança cibernética, proteção contra ataques, e otimização de desempenho para garantir a disponibilidade e confiabilidade do site. WAF (Web Application Firewall ou Firewall de Aplicação Web), controle e monitoramento das atividades executadas nas aplicações web vinculadas ao domínio, baseado em inteligência artificial, ajuda a prevenir fraudes, ataques de negação de serviço, injeção de SQL e outras ameaças à confiabilidade da informação. Presença em CDN global (Content Delivery Network ou Rede de Distribuição de Conteúdo) consiste em uma rede de servidores distribuídos em regiões geográficas estratégicas, garantindo a melhor velocidade de acesso possível aos usuários, independentemente de sua localização.			
03	Controle de Processos (Protocolo);	Gerenciamento de Protocolos e Processos: Suporte na configuração e personalização dos fluxos de trabalho para o gerenciamento de processos administrativos, desde a abertura de protocolos até a finalização dos processos. Acompanhamento e Relatórios: Disponibilização de relatórios para o acompanhamento em tempo real do andamento dos processos, prazos e pendências. Acompanhamento em tempo real, pelo cidadão, no andamento dos processos abertos. Emissão de comprovantes de abertura e tramitação de processos. Suporte e Capacitação: Disponibilização de suporte técnico contínuo e capacitação para os usuários do sistema, garantindo a correta operação e eficiência no gerenciamento dos processos.	12912	sv.	12 meses
04	Controle da LGPD.	Atualizações Regulatórias: Manutenção e atualizações do sistema para acompanhar mudanças na legislação e nas melhores práticas de proteção de dados.	12912	sv.	12 meses
05	Implantação/Conversão/Treinamento.	A Consultoria Técnica Operacional Especializada será realizada por meio de atendimentos telefônicos e via chat, disponíveis em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. O serviço será prestado à distância e/ou por meio de visitas técnicas presenciais. As visitas serão realizadas após a solicitação e aprovação dos custos pela Administração. Na sede da contratada, poderão ocorrer após solicitação e consenso entre as partes, e não deverão ter quaisquer tipos de cobrança.	12912	sv	único

2.2.1. O quantitativo pleiteado acima foi determinado com base nas necessidades operacionais específicas de cada setor do IPMQ.



2.3. Central de atendimento:

- a) A contratada deverá disponibilizar uma central de atendimento de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados, no período de 08h00min até 17h00min.
- b) A central de atendimento será responsável pela abertura de chamados de solicitações e suporte técnico.
- d) Para cada atendimento deverá ser fornecido um número de protocolo para acompanhamento do chamado.
- e) A central de atendimento será responsável pelo acionamento de técnicos de campo para solução de problemas técnicos, quando necessário.

2.4. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento:

2.4.1. Houve a formalização do PCA 2024 no decorrer de 2023, no qual consta a previsão da presente contratação.

2.5. Do Enquadramento Legal:

2.5.1. O presente processo de contratação de cessão de uso serviço locação será disciplinado pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos Decretos Municipais, que regulamentam e referida Lei em âmbito municipal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A presente contratação visa garantir a manutenção e otimização dos processos internos e externos do Instituto Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã - IPMQ - RJ. A implantação do software proposto contribuirá significativamente para a eficiência e eficácia na execução das atividades das áreas afins, assegurando o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos pela administração.

3.2. Tipo de Solução: Trata-se de uma solução simples, pois apenas requer contratação de serviços.

3.3. Enquadramento legal: O presente processo de aquisição/contratação será disciplinado pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos Decretos Municipais, que regulamentam e referida Lei em âmbito municipal.

3.4. Modelagem da Contratação: Considerando a natureza do objeto, o valor total estimado e as vantagens para a Administração Municipal, recomenda-se:

3.4.1. Modalidade: *Pregão Eletrônico.*

3.4.2. Critério de Julgamento: *Menor valor global*

3.4.3. Tipo de empenho: *Global*

3.5. Da Vigência: A vigência do instrumento contratual é de 12 (doze) meses, contados a partir da autorização de início, prorrogável por igual período até o limite legal e podendo ser reajustado pelo índice IPCA, observado o preço vantajoso e mantido o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decretos Municipais nº 3845/2024 e 3846/2024.



3.6. Da Garantia, manutenção e assistência técnica:

3.6.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como demais normativos que disciplinam o objeto.

3.7. Da Subcontratação:

3.7.1. Não será permitida a subcontratação ou terceirização dos serviços contratados.

3.8. Da Alteração Subjetiva:

3.8.1. A CONTRATADA deverá executar todos os serviços em conformidade com as especificações técnicas, condições, objetivos estabelecidos, prazos definidos e demais elementos informadores integrantes deste Termo de Referência.

3.8.2. A execução dos serviços atinentes ao objeto da licitação implica no conhecimento da respectiva normatização consolidada, seja por edição de lei, seja pela doutrina predominante, ou ainda, pela jurisprudência firmada.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Considerando a necessidade descrita neste documento e objetivando o estabelecimento de parâmetros mínimos que garantam o satisfatório atendimento da necessidade descrita, segue a descrição dos parâmetros mínimos que deverão ser respeitados pela solução a ser adquirida/contratada pelo IPMQ.

4.2. Da Garantia da Contratação:

4.2.1. Dado a natureza simples do objeto e da solução, entende-se não ser exigível um seguro-garantia.

5. MODELO DA EXECUÇÃO

5.1. Os trabalhos de migração/conversão de dados do banco existente, bem como implantação e treinamento do sistema existente será de no máximo **30 (trinta) dias a contar da ordem de início de serviço.**

5.2. Local de execução dos serviços: A Conversão, implantação, treinamentos deverão ocorrer nas dependências do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã – IPMQ, sito à rua Barão de Vila Franca, 413 – Centro – Quissamã/RJ – de segunda a quinta-feira das 08:00 h às 11h00h e das 13h30min às 16:00 h, e sexta-feira de 08:00 h às 11h00 – Contatos: (22) 2768-14-18 e E-mail: administrativo@previdenciaquissama.rj.gov.br

5.2.1. Os trabalhos de Migração/conversão de dados do banco existente, bem como implantação e treinamento do sistema existente será de no máximo 30 (trinta) dias a contar da ordem de início de serviço.

a) Transferência e Conversão de Dados Existentes e Históricos, Migração de dados dos sistemas atualmente utilizados pelo IPMQ seja por meio eletrônico e seja por reprocessamento a cargo da CONTRATADA.



5.2.2. O prazo para a conclusão desta atividade é de até **30 (trinta) dias a contar da ordem de início de serviço.**

a) Parametrização e Adequação do SISTEMA para Atender as Funcionalidades Específicas Descrição análise, revisão, detalhamento, especificação de regras de negócio, parametrização e adequação do SISTEMA no que diz respeito às funcionalidades dos sistemas contratados para seu adequado funcionamento para a CONTRATANTE.

5.2.3. O prazo para a conclusão desta atividade é de até **15 (quinze) dias a contar da ordem de início de serviço.**

a) Parametrização e Adequação e testes do SISTEMA para a execução das Rotinas Mensais e Anuais, implementação e testes das funcionalidades averiguando a consistência do SISTEMA, no cumprimento das obrigações periódicas da CONTRATANTE tais como fechamentos contábeis, cálculo da Folha, prestações de contas, fechamento de procedimentos licitatórios, lançamentos tributários etc.

b) Nesta atividade, poderá ocorrer, se for o caso, o processamento em paralelo com o sistema existente para comparações a serem aprovadas pela CONTRATANTE.

c) Os casos fortuitos relacionados ao cumprimento do objeto deverão ser previamente comunicados ao IPMQ, que analisará a situação para uma tomada de decisão, considerando sempre o melhor interesse da administração pública.

5.3. Prazo e Cronograma de Implantação dos sistemas

a) O prazo de implantação do SISTEMA será de, no máximo, **15 (quinze) dias, a contar da ordem de início de serviço.**

c) A inadimplência do prazo de implantação poderá suspender pagamento do sistema não implantado, sem prejuízo de outras punições cabíveis.

d) A não conclusão da implantação ou o seu atraso provocado por descumprimento de obrigações da CONTRATANTE, tais como ausência de rede de dados ou equipamentos, não indicação de servidores públicos para treinamentos e operação do sistema, não interromperá o pagamento das parcelas mensais de cada sistema exceto na hipótese de retardamento acordado entre as partes.

5.4. MIGRAÇÃO/CONVERSÃO DOS DADOS DOS SISTEMA

5.3.1. Será fornecido pelo Instituto de Previdência: Base de dados, acesso de consulta no sistema atual existente.

5.4.1. A empresa ainda deverá:

Converter com base dos dados existentes referentes aos anos de **2020 à 2024**, a migração de dados existentes no período máximo de **30 dias a contar da ordem de início de serviço**, para garantir as prestações de contas e publicações de acordo com legislação vigente do exercício **2024** e demais dados existentes de exercícios anteriores, necessários a continuidade dos serviços;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



6.1.1. O contrato ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e Decretos Municipais que a regulamentam, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7. OBRIGAÇÕES DO IPMQ

- a)** Requisitar a prestação dos serviços, conforme as necessidades do IPMQ.
- b)** Requisitar e atestar o recebimento gradual dos serviços.
- c)** Conferir o fornecimento dos serviços, mesmo sendo a licitante vencedora a única e exclusiva responsável pelos serviços nas condições especificadas.
- d)** Proporcionar condições à licitante vencedora para fornecimento dos serviços dentro das normas estabelecidas do IPMQ.
- e)** Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade na prestação dos serviços e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.
- f)** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora.
- g)** Impedir que terceiros forneçam o objeto deste edital.
- h)** Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.
- i)** Efetuar o pagamento à licitante vencedora por meio de crédito em conta-corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado de entrega.

8. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

- a)** Manter-se durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, relativamente às condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação, sob pena de suspensão dos pagamentos;



- b)** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto no prazo, quantidades e qualidades exigidas, realizando o fornecimento em conformidade com a proposta apresentada e de acordo com as demandas da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade no fornecimento dos produtos;
- c)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, durante o período contratado;
- d)** Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, que venha a prejudicar o fornecimento, e, prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- e)** Comunicar a CONTRATANTE de eventuais casos fortuitos ou de força maior, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a verificação do fato e apresentar os documentos para respectiva aprovação, no mesmo prazo, sob pena de não serem considerados;
Fornecer produtos de primeira qualidade, de acordo com as especificações e normas vigentes. Não serão aceitos, em hipótese alguma, produtos adulterados ou fora das normas permitidas por lei;
- f)** Responder por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da municipal durante a entrega dos materiais, seja decorrente de vícios de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados, devendo reparar às suas custas os mesmos, sem que lhe caiba indenização alguma por parte do Município.
- g)** Não transferir, no todo ou em parte, o fornecimento dos produtos; Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do fornecimento;
- h)** Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações previstos na legislação decorrente do fornecimento do objeto, obrigando-se a saldá-los na época devida, não podendo haver transferência de débitos de responsabilidade da Contratada à Contratante;
- i)** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho de alguma atividade pertinente ao fornecimento dos materiais;

9. DA GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

9.1. A gestão do contrato ou instrumento equivalente consiste das atividades de gerenciamento, coordenação, acompanhamento, prevenção de riscos, contingenciamento de riscos, conclusão e demais atividades técnicas e operacionais que compõem a celebração do contrato, a execução do seu objeto e a gestão durante sua vigência, devendo zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3846/2024.

9.2. Do Gestor

9.2.1. Ao gestor do contrato, ou instrumento equivalente, caberá a execução das atividades de gestão, em especialmente:

- a)** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



b) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

c) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

d) Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

e) Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

f) Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

g) Praticar as demais atribuições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decretos Municipais que regulamentam a matéria.

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização do contrato, ou instrumento equivalente consiste das atividades de controle, acompanhamento, prevenção de riscos, monitoramento do cumprimento das obrigações estabelecidas em contrato, com o fim de assegurar a execução do objeto contratado e o respeito às normas vigentes.

10.2 A execução do contrato, ou instrumento equivalente, deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais: técnicos, Administrativos e setoriais, ou pelos respectivos substitutos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3846/2024

11. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

11.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes itens:

a) Valor da cessão de uso dos sistemas de forma individualizada e totalizada como também por mês e por ano;

b) Poderá a CONTRATADA, a seu critério, solicitar à CONTRATANTE atendimento em suas dependências, de assessoramento, assistência técnica.

c) No caso de solicitar treinamentos a novos funcionários não caberá a remuneração destes serviços, os quais serão realizados nas dependências da contratada e os custos de locomoção, hospedagem e alimentação ficam a cargo da contratante.

d) Todas as despesas relativas a passagens, hospedagem, transporte local e alimentação, decorrentes de manutenções adaptativas para realização da implantação serão a cargo da CONTRATADA.



11.2. Recebimento

11.2.1. O pagamento se dará da forma estabelecida no instrumento contratual a ser firmado, conforme minutas anexas.

a) A nota fiscal será emitida pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

b) O IPMQ identificando qualquer divergência na nota fiscal deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo de pagamento será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

c) Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira.

d) Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a Contratada dará pelo IPMQ plena, geral e irretratável quitação da remuneração referente ao fornecimento nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

e) Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

f) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

g) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

h) O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.3. Liquidação

11.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, por analogia, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

a) O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



- a) *O prazo de validade;*
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar;
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.3.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.3.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Prazo de pagamento

11.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do cumprimento do serviço, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.5. Forma de Pagamento

11.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente, indicados pelo contratado.

11.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.5.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.6. Antecipação de pagamento

11.6.1. É vedada a antecipação de pagamento na presente contratação.



11.7. Cessão de crédito

11.7.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, por analogia, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

a) As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

11.7.2. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

11.7.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

11.7.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

11.7.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

12. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do seguinte critério de julgamento:

a) Menor Valor Global.

12.1.2. Exigências de habilitação

12.1.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.1.4. Habilitação jurídica

12.1.5. Em atendimento ao artigo 48, inciso I da Lei Complementar nº 123 de 2006, a licitação se destinará a participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequena Porte.

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a

13. COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS ESTIMADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QT	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL
01	SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	MÊS	12	R\$ 679,00	R\$ 8.148,00
02	SITE INSTITUCIONAL (SERVIÇOS DE E-MAILS, OUVIDORIA, NOTÍCIAS, LEIS, DECRETOS, PORTAL DO CIDADÃO, ETC.)	MÊS	12	R\$ 879,00	R\$ 10.548,00
03	CONTROLE DE PROCESSOS	MÊS	12	R\$ 716,00	R\$ 8.592,00
04	CONTROLE DA LGPD	MÊS	12	R\$ 722,00	R\$ 8.664,00
TOTAL/MÊS		MÊS	12	R\$ 2.996,00	R\$ 35.952,00
TOTAL IMPLANT/ CONVERSÃO/ TREINAMENTO		MÊS	01	R\$ 2.452,00	R\$ 2.452,00
VALOR GLOBAL:					R\$38.404,00

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O valor total estimado para os 12 (doze) meses é de **R\$38.404,00** (trinta e oito mil, quatrocentos e quatro reais) considerando o valor de implantação, conversão e treinamento, conforme o cronograma de desembolso. A primeira parcela está incluída a conversão e treinamento no valor de R\$2.452,00, acrescido do valor da parcela mensal de R\$2.996,00, totalizando R\$5.448,00 e da segunda a décima segunda parcela o valor mensal de R\$ 2.996,00. No caso de renovação contratual, será considerado o valor mensal de R\$2.996,00, totalizando o valor de R\$35.952,00 por cada período de 12 meses.

15. CRONOGRAMA ESTIMADO DE DESEMBOLSO:

Nº	PARCEL A	PRAZO	%	VALOR MENSAL	VALOR - R\$
1	01º	30 dias após início dos serviços Valor mensal + valor da implementação.	14,20%	R\$ 5.448,00	R\$ 5.448,00
2	02º	60 dias após início dos serviços	7,80%	R\$ 2.996,00	R\$ 8.444,00
3	03º	90 dias após início dos serviços	7,80%	R\$ 2.996,00	R\$ 11.440,00
4	04º	120 dias após início dos serviços	7,80%	R\$ 2.996,00	R\$ 14.436,00
5	05º	150 dias após início dos serviços	7,80%	R\$ 2.996,00	R\$ 17.432,00
6	06º	180 dias após início dos serviços	7,80%	R\$ 2.996,00	R\$ 20.428,00



7	07°	210 dias após início dos serviços	7,80%	R\$ 2.996,00	R\$ 23.424,00
8	08°	240 dias após início dos serviços	7,80%	R\$ 2.996,00	R\$ 26.420,00
9	09°	270 dias após início dos serviços	7,80%	R\$ 2.996,00	R\$ 29.416,00
10	10°	300 dias após início dos serviços	7,80%	R\$ 2.996,00	R\$ 32.412,00
11	11°	330 dias após início dos serviços	7,80%	R\$ 2.996,00	R\$ 35.408,00
12	12°	360 dias após início dos serviços	7,80%	R\$ 2.996,00	R\$ 38.404,00
TOTAL (01 ANO)			100%	R\$ 38.404,00	

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. A despesa decorrente deste processo licitatório, conforme designação, correrá à conta de recursos do IPMQ, conforme detalhado a seguir:

Dotação Orçamentária: 09.122.0127.2.338

Funcional: 3.3.90.40 **Despesa:** 4008 **Fonte:** 1800

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento. Para o exercício de 2024 será considerando o valor da primeira parcela, conforme bloqueio orçamentário, considerando a previsão do início dos serviços.

17. DAS PENALIDADES:

17.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer as seguintes infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021:

17.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato.

17.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

17.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

17.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

17.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

17.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

17.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.

17.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

17.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

17.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

17.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.



17.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

17.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. Advertência pela falta do subitem 15.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.2. Multa de 30 % (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 15.1.1 a 15.1.3;

17.2.3. Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 15.1.4 a 15.1.12;

17.2.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.6.

17.2.5. quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

17.2.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.2.8. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.2.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.2.10. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos.

17.2.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.2.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário.

18. METAS E ALCANCES:

18.1. A CONTRATADA deverá executar todos os serviços em conformidade com as especificações técnicas, condições, objetivos estabelecidos, prazos definidos e demais elementos informadores integrantes deste Termo de Referência.

A execução dos serviços atinentes ao objeto da licitação implica no conhecimento da respectiva normatização consolidada, seja por edição de lei, seja pela doutrina predominante, ou ainda, pela jurisprudência firmada.



19. INFORMAÇÕES GERAIS:

19.1. Os sistemas informatizados que constituem o objeto da contratação devem cumprir integralmente todas as funcionalidades previstas no presente Anexo.

20. INFORMAÇÕES TÉCNICAS:

20.1. O trabalho deverá ser realizado visando suprir as necessidades do IPMQ constantes neste Termo de Referência e a modernização dos processos de gestão pública de forma integrada.

21. DAS RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

Responsável pela definição dos parâmetros técnicos/quantitativos do objeto pertinentes ao certame:

Adm. e Financeira
Carmen Lúcia do E. Santo Gomes
Matr. 1449

Diretora

20. DOS GESTORES E FISCAIS

São responsáveis pelas atividades de gestão e fiscalização do contrato, ou instrumento equivalente, nos termos do Presente Termo de Referência:

FUNÇÃO	NOME	MATR.	CPF
Gestor	Angellica Souza Fernandes Rodrigues	40	118.327.277-42
Fiscal	Hugo Luiz Pereira Salles	41	131.576.627-24

21. DAS AUTORIDADES COMPETENTES

Aprovo o presente Termo de Referência e autorizo o prosseguimento do processo com vistas à contratação ou ato equivalente.

Autoridade do Órgão Gerenciador
Fabiano Barreto gomes
Presidente do IPMQ



IPMQ
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Quissamã

P.M.Q.
Processo nº _____
Rubrica _____ Fls. _____

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ – IPMQ**

**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2024
ANEXO I/I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

SEÇÃO I – DAS INFORMAÇÕES

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Processo nº: 219/2024

1.2. Unidade Federativa: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã – IPMQ

1.2.1. Órgão Requisitante: Discriminado no Item 3 deste Instrumento.

1.3. Introdução: Contratação de Empresa Especializada “Cessão do Direito de uso de Software” de gestão pública compreendendo os seguintes módulos: Sistema Previdenciário, Site, Serviços de E-mails, Protocolo e Sistema de Controle da LGPD, bem como Implantação/treinamento/conversão de dados e manutenção preventiva e corretiva para atender os diversos setores do **IPMQ** com as especificações técnicas e características mínimas.

SEÇÃO II – DA NECESSIDADE

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Definição: Trata-se da necessidade de promover a contratação de empresa especializada para desenvolvimento de Software em gestão pública de forma integrada, para que as atividades diárias sejam realizadas pelos profissionais que atuam junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã – IPMQ

2.2. Justificativa:

- a) Em razão da obrigatoriedade de implementação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administrativa Financeira e Controle – SIAFIC de forma definitiva a partir de a partir de 1º de janeiro de 2023, nos termos do Decreto Nº 10.540, de 5 De Novembro de 2020 e da Lei Municipal nº 2269, de 14 de dezembro de 2020 onde por imposição legal o IPMQ passou a ser atendido pela empresa Conta Soluções em Gestão. Contudo, a referida empresa não possui os módulos Previdenciários, site institucional (serviços de e-mails, ouvidoria, notícias, leis, decretos, portal do cidadão), Controle de Processos (protocolo), sistema de controle da LGPD e implantação/conversão/treinamento havendo a necessidade de obter tais módulos considerando o trabalho que é desenvolvido na autarquia municipal.



b) Assim, a presente contratação visa garantir a manutenção e otimização dos processos internos e externos do Instituto Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã – IPMQ. A implantação do software proposto contribuirá significativamente para a eficiência e eficácia na execução das atividades das áreas afins, assegurando o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos pelo IPMQ.

c) Por derradeiro, registra-se que o contrato que se encontra em vigor está as vias de ser finalizado e sem possibilidade de ser aditivado, razão pela qual a necessidade do presente processo.

3. ÁREA REQUISITANTE

Nº	ÓRGÃO	CNPJ	FUNÇÃO
01	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã	35.306.913/0001-99	Gerenciador

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA SOLUÇÃO

4.1. Considerando a necessidade descrita neste documento e objetivando o estabelecimento de parâmetros mínimos que garantam o satisfatório atendimento da necessidade descrita, segue a descrição dos parâmetros mínimos que deverão ser respeitados pela solução a ser adquirida/contratada pela Autarquia Municipal.

4.2. Especificidades

Nº	ITEM	UN	QTD
01	Contratação de Empresa Especializada “Cessão do Direito de uso de Software” de gestão pública compreendendo Sistema Previdenciário, Site, Serviços de E-mails, Protocolo e Sistema de Controle da LGPD, bem como Implantação/treinamento/conversão de dados e manutenção preventiva e corretiva para atender os diversos setores do IPMQ com as especificações técnicas e características mínimas.	SV	01

Nº	ITEM	REQUISITOS MÍNIMOS	CATSER	UN	QTD.
01	Previdenciário	Gestão de Aposentadorias e Pensões: Suporte e manutenção na configuração de regras previdenciárias específicas, acompanhamento de cálculos atuariais, emissão de relatórios gerenciais e possível integração com sistemas financeiros e contábeis através de APIs disponibilizadas pelo sistema de Departamento Pessoal. Atualizações Legais e Regulatórias: Implementação contínua de atualizações em conformidade com as mudanças legislativas e normativas no âmbito previdenciário. Suporte Técnico e Treinamento: Disponibilização de suporte técnico especializado, incluindo treinamento inicial e acompanhamento junto aos os usuários do sistema, garantindo a correta	12912	sv.	12 meses



		utilização das funcionalidades.			
02	Site Institucional (Serviços de E-mails, Ouvidoria, Notícias, Leis, Decretos, Portal do Cidadão)	<p>Ouvidoria e Portal do Cidadão: Configuração, monitoramento e suporte para as ferramentas de comunicação direta com o cidadão, garantindo acessibilidade e usabilidade conforme as diretrizes da Lei de Acesso à Informação.</p> <p>Gestão de Conteúdo e Publicações: Suporte para a publicação de notícias, leis, decretos e outras normativas, incluindo suporte em configuração de layout de páginas e aprovação de conteúdo. Integração com envios de documentos e anexos na plataforma.</p> <p>Segurança e Performance: Implementação de mecanismos de segurança cibernética, proteção contra ataques, e otimização de desempenho para garantir a disponibilidade e confiabilidade do site. WAF (Web Application Firewall ou Firewall de Aplicação Web), controle e monitoramento das atividades executadas nas aplicações web vinculadas ao domínio, baseado em inteligência artificial, ajuda a prevenir fraudes, ataques de negação de serviço, injeção de SQL e outras ameaças à confiabilidade da informação. Presença em CDN global (Content Delivery Network ou Rede de Distribuição de Conteúdo) consiste em uma rede de servidores distribuídos em regiões geográficas estratégicas, garantindo a melhor velocidade de acesso possível aos usuários, independentemente de sua localização.</p>	12912	sv.	12 meses
03	Controle de Processos (Protocolo);	<p>Gerenciamento de Protocolos e Processos: Suporte na configuração e personalização dos fluxos de trabalho para o gerenciamento de processos administrativos, desde a abertura de protocolos até a finalização dos processos.</p> <p>Acompanhamento e Relatórios: Disponibilização de relatórios para o acompanhamento em tempo real do andamento dos processos, prazos e pendências. Acompanhamento em tempo real, pelo cidadão, no andamento dos processos abertos.</p> <p>Emissão de comprovantes de abertura e tramitação de processos.</p> <p>Suporte e Capacitação: Disponibilização de suporte técnico contínuo e capacitação para os usuários do sistema, garantindo a correta operação e eficiência no gerenciamento dos processos.</p>	12912	sv.	12 meses
04	Controle da LGPD.	<p>Atualizações Regulatórias: Manutenção e atualizações do sistema para acompanhar mudanças na legislação e nas melhores práticas de proteção de dados.</p>	12912	sv.	12 meses



05	Implantação/Conversão/Treinamento.	A Consultoria Técnica Operacional Especializada será realizada por meio de atendimentos telefônicos e via chat, disponíveis em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. O serviço será prestado à distância e/ou por meio de visitas técnicas presenciais. As visitas serão realizadas após a solicitação e aprovação dos custos pela Administração. Na sede da contratada, poderão ocorrer após solicitação e consenso entre as partes, e não deverão ter quaisquer tipos de cobrança.	12912	sv	unico
----	------------------------------------	--	-------	----	-------

SEÇÃO III – SOLUÇÃO

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. A partir da necessidade descrita, vislumbra-se que no mercado é possível encontrar algumas soluções, a saber:

5.1.1. Contratação de empresa para a prestação do serviço;

5.1.2. Contratar uma empresa para desenvolver os softwares.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO.

a) Modalidade: Pregão, sob forma eletrônica;

b) Critério de Julgamento: Menor preço Global;

c) Tipo de empenho: Empenho Global

d) Da Vigência: A vigência do instrumento contratual é de **12 (doze) meses**, contados a partir da autorização de início prorrogável por igual período até o limite legal e reajustado pelo índice IPCA, desde que comprovado o preço vantajoso e mantido o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decretos Municipais nº 3845/2024 e 3846/2024.

6.2. Da natureza dos serviços

6.2.1. A natureza do objeto deste ETP dadas suas características, enquadra-se em serviços comuns nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, devendo, portanto, ser licitado por meio do **Pregão**, preferencialmente na forma **Eletrônica**.

6.3. Justificativa acerca da natureza continuada do serviço

6.3.1. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro,



assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. Destarte, a referida contratação preenche os requisitos classificados como “serviços contínuos”.

6.4. Da exigência de carta de solidariedade

6.4.1. Considerando a natureza da solução de mercado, não se vislumbra a necessidade de exigência de carta de solidariedade emitida pelo fornecedor, que assegure a execução do contrato.

6.5. Da Subcontratação

6.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

6.6. Da Alteração Subjetiva

6.6.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da EMPRESA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do instrumento contratual; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da AUTARQUIA MUNICIPAL à continuidade do contrato.

6.6.2. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado, antes de findo o prazo.

6.6.3. Os interessados deverão colocar à disposição do IPMQ todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos, necessários ao perfeito manuseio dos equipamentos.

6.7. Da Qualificação Técnica:

a) Comprovação de capacidade técnica, por apresentação de, no mínimo, 1(um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no – Anexo I deste edital, com clara menção da execução bem-sucedida, relativamente ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo.

b) Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertence ao grupo econômico.

c) Será admitida a soma de atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

d) No caso de consórcio, a comprovação da qualificação técnica será realizada pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada.

e) Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do pregoeiro e da sua equipe de apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 169, § 3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337- F do código penal.



f) A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestaste para fins de aferição.

6.8. Modelo de Execução:

6.8.1. Local para realização do serviço: A Conversão, implantação, treinamentos deverão ocorrer nas dependências do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã – IPMQ, sito à rua Barão de Vila Franca, 413 – Centro – Quissamã/RJ – de segunda a quinta-feira das 08:00 h às 11h00h e das 13h30min às 16:00 h, e sexta-feira de 08:00 h às 11h00 – Contatos: (22) 2768-14-18 e E-mail: administrativo@previdenciaquissama.rj.gov.br

6.8.2. Os trabalhos de Migração/conversão de dados do banco existente, bem como implantação e treinamento do sistema existente será de no máximo 30 (trinta) dias a contar da ordem de início de serviço.

6.8.3. A execução contratual deverá ser estruturada em etapas que compreenderão: conversão, implantação, treinamento e suporte técnico, sendo que:

- a) A Conversão será executada no período máximo de 60 (sessenta) dias contados da Autorização de Início dos Serviços;
- b) A Implantação será executada no período máximo de 15 (quinze) dias contados da Autorização de Início dos Serviços;
- c) O Treinamento será realizado após a implantação dos sistemas, pelo período máximo de 30 (trinta) dias;
- d) O Suporte Técnico, compreendendo os procedimentos de manutenção corretiva, legal e evolutiva, deverá ser disponibilizado durante todo o período de execução contratual, sem ônus para a Contratante.

e) Os casos fortuitos relacionados ao cumprimento dos serviços deverão ser previamente comunicados ao IPMQ, que analisará a situação para uma tomada de decisão, considerando sempre o melhor interesse da administração pública.

6.8.4. O recebimento dos serviços não implica a sua aceitação definitiva, uma vez que dependerá da análise do gestor/fiscal, que deverão verificar o atendimento a todas as especificações, contidas neste Instrumento e no Edital.

a) O **recebimento provisório** dar-se-á em até **02 (dois) dias úteis** após a realização da entrega do objeto por parte da empresa.

b) O **recebimento definitivo** dar-se-á em até **10 (dez) dias**.

6.8.5. Constatadas inconformidades na execução dos serviços, o IPMQ, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

- a) Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações, determinando sua substituição;
- b) Determinar sua correção e/ou complementação se houver diferença de qualidade, quantidades ou de partes.
- c) As inconformidades deverão ser sanadas no prazo máximo de **24 horas em dias uteis**, contados do recebimento pela empresa da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.



d) As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor, relativas ao recebimento, deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes ao IPMQ.

e) A EMPRESA deverá executar todos os serviços em conformidade com as especificações técnicas, condições, objetivos estabelecidos, prazos definidos e demais elementos informadores integrantes deste Termo de Referência.

f) A execução dos serviços atinentes ao objeto da licitação implica no conhecimento da respectiva normatização consolidada, seja por edição de lei, seja pela doutrina predominante, ou ainda, pela jurisprudência firmada.

g) A EMPRESA deve manter seu pessoal orientado com relação ao funcionamento das instalações do IPMQ.

h) A EMPRESA não deve possuir em suas dependências, trabalhador menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.9. Levantamento Preliminar de Riscos:

6.9.1. A partir da experiência cotidiana do serviço público e considerando se tratar de um aspecto intrínseco ao estudo de viabilidade da solução considerada mais viável, elenca-se a seguir os riscos considerados mais relevantes ao qual o presente objeto estará exposto.

a) Riscos da Fase de Planejamento:

FASE – PLANEJAMENTO/SESSÃO PÚBLICA	
Nº	DESCRIÇÃO
01	Falha na elaboração do documento de formalização de demanda
02	Falha no dimensionamento dos quantitativos
03	Falha na elaboração do estudo técnico preliminar
04	Falha na escolha da solução
05	Falha na elaboração do Mapa/Matriz de Riscos
06	Falha na elaboração do termo de referência
07	Falha na realização da pesquisa de preços
08	Atraso na tramitação administrativo de contratação
09	Falha na elaboração do termo de contrato
10	Falha na elaboração do edital
11	Pedidos de esclarecimentos e impugnações.
12	Empresa licitante com proposta inexequível ou superestimada
13	Processo de contratação fracassada ou deserta.
14	Recusa em assinar contrato ou instrumento equivalente

b) Riscos da Fase de Gestão do Contrato ou Instrumento Equivalente:



FASE – FASE DE GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	
Nº	DESCRIÇÃO
01	Insuficiência de recursos orçamentários.
02	Insuficiência/falha na comunicação entre as partes
03	Atraso na entrega do objeto.
04	Recebimento do serviço fora das especificações mínimas
05	Ausência de entrega do serviço
06	Mudanças nas condições de mercado ou regulamentação
07	Insuficiência de recursos financeiros.

c) Respeitando-se o princípio de segregação de funções, os riscos aqui levantados poderão ou não ser considerados pelo profissional que elaborará o Mapa Gestão de Riscos.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Composição dos custos estimados mensal e anual:

Nº	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	R\$ UNIT. MENSAL	R\$ TOTAL MENSAL
01	SISTEMA PREVIDENCIÁRIO.	SV	12	R\$ 679,00	R\$ 8.148,00
02	SITE INSTITUCIONAL (Serviços de E-mail, ouvidoria, notícia, leis, decretos, portal do cidadão)	SV	12	R\$ 879,00	R\$ 10.548,00
03	CONTROLE DE PROCESSOS (protocolo)	SV	12	R\$ 716,00	R\$ 8.592,00
04	SISTEMA DE CONTROLE DA LGPD.	SV	12	R\$ 722,00	R\$ 8.664,00
05	IMPLANTAÇÃO/CONVERSÃO/TREINAMENTO.	SV	01	R\$ 2.452,00	R\$ 2.452,00
Valor Total (implementação)					R\$ 2.452,00
Valor Total (mensal)					R\$ 2.996,00
Valor Total (anual)					R\$ 38.404,00

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Valor Estimado: O valor total estimado do contrato é de **R\$ 38.404,00** (trinta e oito mil, quatrocentos e quatro reais) anual.

8.2. Registra-se que os valores unitários foram obtidos exclusivamente através de cotação com empresas fornecedoras utilizando-se como critério objetivo de precificação o valor da mediana das propostas obtidas conforme mapa comparativo em anexo. O critério de busca obedece ao inciso I, §2º, Art. 71 do Decreto Municipal nº 3841/2024.



a) Destaca-se que, os valores aqui demonstrados possuem apenas caráter estimativo, não devendo servir de preço final com vistas a licitação.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Considerando que o volume e o valor estimado do serviço em tela não é considerado de grande vulto, sendo possível que pequenas e médias empresas possam assumir sozinhas todo o objeto sem grandes dificuldades;

9.2. Justifica-se o **não parcelamento** de itens objeto do presente estudo.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. Considerando a decisão da Administração Municipal de implementar a Lei nº 14.133/2021 a partir do exercício de 2024, sendo seguida também pelo IPMQ, registre-se que houve a formalização do PCA 2024 no decorrer de 2023.

SEÇÃO IX – PLANEJAMENTO

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. Com a presente contratação, espera-se a obtenção de uma solução de qualidade que supra, com efetividade, a necessidade do IPMQ, garantindo as melhores condições com o melhor preço que o mercado possa oferecer.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. Dada a natureza do objeto, e considerando o momento de realização do presente estudo, percebe-se que as providências a serem adotadas pelo IPMQ se referem à:

a) formalização da contratação de empresa especializada “Cessão do Direito de uso de Software” de gestão pública.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. **Impactos Ambientais:** O objeto em comento terá como impactos ambientais:

a) Os centros de processamento de dados ou *data center* necessitam de grande quantidade de energia para funcionar e ser resfriados. Segundo artigo publicado pela Harvard Business Scholl, essas instalações consomem cerca de 2% da eletricidade mundial, podendo chegar a 8% em 2030.

b) Os chamados *software verdes* surgiram para ajudar a combater este problema, melhorando a eficiência energética e diminuindo a emissão de gases de efeito estufa dessas atividades.

13.2. **Medidas mitigadoras:** Como medidas mitigadoras recomendadas pela comunidade científica, ao IPMQ, recomenda-se:



a) O *software*, especificamente, não é o xis da questão e sim a forma como ele é desenvolvido e usado nos equipamentos que formam os centros de processamentos de dados.

b) Também conhecido como *software* sustentável, o *software verde* é projetado, desenvolvido e implementado para limitar o consumo de energia e diminuir o impacto ambiental. Além de maior eficiência energética, esses programas contribuem para a redução das emissões de carbono no tráfego de dados enviados e recebidos, entre outras utilidades.

SEÇÃO V – VIABILIDADE

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1. O presente estudo técnico preliminar evidencia que a solução descrita no item 6 deste ETP se mostra técnica e economicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, **DECLARO SER VIÁVEL** a contratação pretendida.

14.1.1. Justificativa da Viabilidade: A viabilidade se justifica pela natureza comum da solução, oferecida por muitas empresas do mercado, bem como pelas vantagens potenciais para o IPMQ, já que a natureza do objeto favorece a competição entre as empresas potencializando uma redução de custos em favor do Erário do IPMQ.

RESPONSÁVEIS: ELABORAÇÃO

Responsável pela elaboração do presente ETP, a partir das informações fornecidas:

Angellica Souza Fernandes Rodrigues
Assessor técnico Adm.
Matr.040

DAS AUTORIDADES COMPETENTES

Aprovo a solução definida neste Estudo Técnico Preliminar e autorizo o prosseguimento do processo com vistas à contratação ou ato equivalente.

Autoridade do Órgão Gerenciador
Fabiano Barreto Gomes
Presidente



IPMQ
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Quissamã

P.M.Q.
Processo nº _____
Rubrica _____ Fis. _____

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ – IPMQ**

**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2024
ANEXO III/I**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Nº	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	R\$ UNIT. MENSAL	R\$ TOTAL MENSAL
01	SISTEMA PREVIDENCIÁRIO.	SV	12	R\$ 679,00	R\$ 8.148,00
02	SITE INSTITUCIONAL (Serviços de E-mail, ouvidoria, notícia, leis, decretos, portal do cidadão)	SV	12	R\$ 879,00	R\$ 10.548,00
03	CONTROLE DE PROCESSOS (protocolo)	SV	12	R\$ 716,00	R\$ 8.592,00
04	SISTEMA DE CONTROLE DA LGPD.	SV	12	R\$ 722,00	R\$ 8.664,00
05	IMPLANTAÇÃO/CONVERSÃO/TREINAMENTO.	SV	01	R\$ 2.452,00	R\$ 2.452,00
Valor Total (implementação)					R\$ 2.452,00
Valor Total (mensal)					R\$ 2.996,00
Valor Total (anual)					R\$ 38.404,00

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ – IPMQ**

**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2024**

**ANEXO II
(Descrição da Compra)**



IPMQ

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Quissamã

P.M.Q.

Processo nº _____

Rubrica _____ Fls. _____

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ – IPMQ

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2024

PROPOSTA DE PREÇOS

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ – IPMQ**

**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2024**

**ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO**